

Relatório do XI Congresso Ordinário

Unir, Fortalecer e Avançar: por direitos e pelos direitos!

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG – realizou no período de 18 a 20 de maio de 2018, no San Diego Suítes, em Uberlândia – MG, o XI Congresso Ordinário - Unir, Fortalecer e Avançar: por direitos e pelos direitos - conforme previsão estatutária contida no artigo 19, inciso I do atual estatuto da Entidade.

A lista de presença foi fechada com 136 filiados inscritos no prazo previsto. Efetivamente, se credenciaram durante o evento e de acordo com o Regimento do Congresso, 109 filiados.

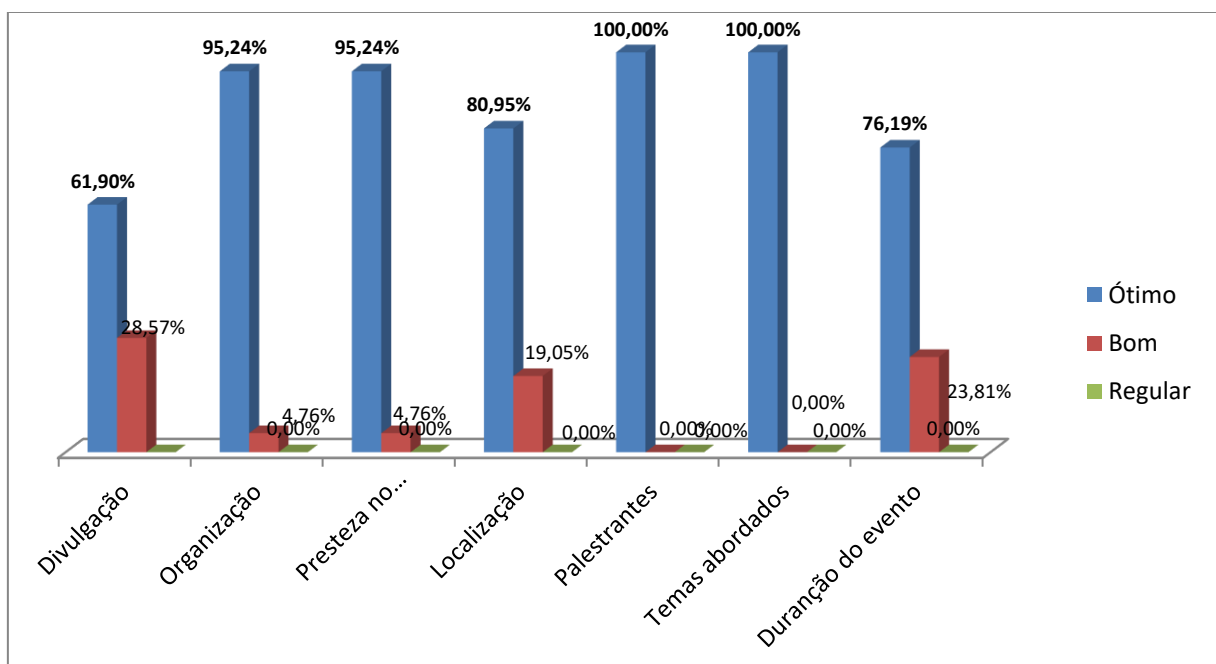
Do evento

Foi cumprida toda a pauta contida na programação do XI Congresso (anexa).

Pode-se ressaltar que houve participação efetiva dos participantes em todas as atividades propostas.

Com relação à avaliação geral do evento, verificou-se que 76% dos filiados que responderam ao questionário atribuíram, na escala de 1 a 5, nota máxima ao evento e 26% entre 4 e 4,5.

Nos aspectos específicos sobre organização e programação, veja-se o gráfico abaixo:



Das resoluções/propostas apresentadas e deliberadas na Plenária Final

Foi realizada a Plenária Final, respeitando as previsões contidas no Regimento, na qual foram apreciadas e votadas as propostas encaminhadas juntamente com as teses (apresentadas de acordo com a programação do evento) e as propostas encaminhadas à Secretaria.

Abaixo, seguem as propostas apresentadas, bem como o resultado obtido durante o processo de apreciação e votação, destacados, abaixo de cada uma delas, em letra itálica as “falas” e vermelho os resultados das votações.

Tese: PCS – Campanha Salarial (Isaac Raymundo) Rejeitada nesse momento

Os delegados do XI Congresso Ordinário do Sitraemg, aprovam:

1. Que o Sitraemg realize um estudo e formatação de um novo PCS, que deverá ser apresentado para os servidores do PJU em Minas Gerais, em AGE a ser convocada pela diretoria.
2. Que o Sitraemg, contrate para a realização desse estudo empresa conceituada de relevância nacional ou que contrate a assessora que prestou consultoria para a Fenajufe no GT de Estudo de Carreira.
3. Que o Sitraemg realize a contratação e o estudo até o dia 10 de julho de 2018, devendo marcar uma AGE para apresentação do novo plano para toda a categoria no dia 14 de julho de 2018, devendo ainda convidar os demais sindicatos do PJU para que enviem representantes, bem como a Fenajufe para que envie representantes, de modo a referendar o estudo realizado pelo sindicato.
4. Que tão logo aprovado pela categoria o plano para um novo PCS, que o SITRAEMG encaminhe para as instâncias competentes, de modo a garantir que seja apresentado ao ao Congresso até a data de 31 de agosto de 2018.

O proponente não estava presente. David Landau justificou a ausência do colega e informou que a ideia era construir, melhorar o encaminhamento da tese. No entanto, com a ausência do proponente, ficou prejudicada a alteração da proposta. Carlos Humberto, inclusive, informou que será realizada Plenária Nacional da Fenajufe, no início de agosto, sendo um dos temas pautados a questão do PCS e Plano de Carreira. Logo sugeriu que nesse momento a discussão sobre o tema fica prejudicada, sugerindo aguardar a realização da Plenárias para dar encaminhamentos e efetuar a discussão em momento oportuno.

De toda forma, foram colocadas em votação as seguintes propostas: 1) Aprovar a tese sobre PCS acima apresentada. 2) Rejeitar a proposta nesse momento.

Por maioria, venceu a propostas 2, e apresentadas 3 abstenções sem declaração de voto.

Propostas sobre o tema da tese acima recebidas durante o Congresso

Proponente: Cleber Felix da Silva – JF – Rejeitada no momento

1. Fim do salário básico e seus penduricalhos, pois diante das incertezas atuais e de supressões de direitos e das conjunturas econômicas, estamos no centro das atenções no funcionalismo Público, para cortarem ou deixarem de pagar verbas, como: gratificação judiciária, adicional de qualificação, quintos (para quem tem direito), e outros itens.
2. No novo PCS: que a remuneração seja por subsídio – em uma parcela única, sem os penduricalhos, e com isso não correríamos os riscos destas vantagens serem suprimidas da remuneração. **Observação:** Este assunto já foi pautado em outros PCS's e não prosperou. Mas se chegar a esta remuneração deste Subsídio, que este seja feito pra cima com os melhores vencimentos e não para baixo, com os menores salários. Creio que este tema em questão tem tudo a ver com o momento que estamos passando e que de certa forma nos tranquilizaríamos um pouco. Assim, como a nossa garantia com a estabilidade, nos reclassificando como: (me fugiu o termo correto) função de estado, ou poder de estado.

O autor manteve a proposta, pois entende que deve ser discutida essa questão do Subsídio como melhor forma de garantir algo uniforme a toda a categoria, sem penduricalhos. Houve um posicionamento contrário.

Colocadas em votação as seguintes propostas: 1) aceitar a proposta. 2) rejeição da proposta.

Resultado: venceu proposta 2. 4 abstenções, com declaração de voto do Wander Quadra: entende que a questão deve ser discutida com mais servidores, que defendeu, ainda a leitura de todas as propostas apresentadas e encaminhamentos pela mesa. Carlos Humberto esclareceu que as teses foram apresentadas no dia anterior, logo apenas os encaminhamentos estão sendo lidos e encaminhados para votação nesta seção.

Proponente: Rosilene Valadares de Matos – T R E –

Assunto: Eleição de novo GTR – Grupo de Trabalho Regional *Aprovada (ajuste de datas possível de acordo com a proponente durante sua defesa em razão da Plenária)*

Propõe que o Sitraemg convoque a categoria para participar do novo Plano de Cargos e Salários, enviando sugestões para um link próprio, a ser criado no site do Sitraemg para alteração da Lei 11.416/2006. Para que a categoria participe, deverá o Sitraemg convocar duas assembleias, sendo:

1. Junho 2018: AGE para eleição de novo GTR – Grupo de Trabalho Regional que compilará as sugestões da nossa categoria referente a Lei 11.416/2006 e fará *benchmarking* com outros Sindicatos do Setor Público.
2. Agosto de 2018: a) seminário com palestrantes de outros sindicatos e de outras carreiras de Servidores Públicos (PJU/MPU e de outras carreiras) e consultores na área de Recursos Humanos para que seja elaborado um Plano de Cargos e Salários bem estruturado de forma a valorizar todos os cargos: técnicos, analistas e auxiliares que constam na Lei 11.416/2006.
b) AGE para que a categoria decida qual será o Plano de Cargos e Salários adotado para enviar para a FENAJUFE.

Rosilene Valadares informou sobre o GTR anterior, criando em AGE na gestão anterior, e do qual fez parte. Informou que as propostas do GTR foram encaminhadas à Fenajufe sem que o GTR fosse informado previamente e sem realizar a assembleia. Ressaltou que o grupo não foi respeitado pela diretoria anterior. A sugestão apresentada é que toda a categoria participe. Com relação as datas constantes na proposta, podem ser ajustadas, tendo em vista a Plenária a ser realizada.

Hélio Diogo: prestou esclarecimentos de que também participou do grupo de GTR criado na gestão anterior e que as decisões foram amplamente debatidas e encaminhadas, porém na Fenajufe não tiveram a recepção esperada. Somente o Sitraemg apresentou proposta, demais sindicatos não apresentaram. Na Federação optaram por outro encaminhamento. No entanto, não é contrário à proposta apresentada, mas sugere retomar em assembleia e rediscutir.

Colada em votação, a proposta apresentada foi aprovada pela maioria, com uma abstenção.

Tese: Reforma Estatutária SITRAEMG (Isaac Raymundo) - *Rejeitada*

Os delegados do XI Congresso Ordinário do Sitraemg, resolvem:

1. Que seja constituído uma comissão para elaborar uma proposta de um novo estatuto.
2. Essa comissão será composta por 4 membros da diretoria, ficando a critério da diretoria indicar os diretores que irão compor tal comissão;
3. 2 membros do Conselho Fiscal, ficando a critério do Conselho Fiscal a indicação dos nomes;
4. 3 servidores que deverão ser eleitos no XI Congresso Ordinário, pelo sistema de votação simples, em que os 3 (três) com a maior quantidade de votos estarão eleitos para compor a comissão;
5. A comissão deverá iniciar os trabalhos no mês de junho, em data a ser definida pelos membros da comissão, que na primeira reunião elegerão o Presidente da comissão, bem como um secretário;
6. As reuniões deverão ser bimestrais, preferencialmente na sede do sindicato ou em um outro local definido pelos membros da comissão;
7. A comissão terá o prazo de 1 (um) ano, a contar da sua primeira reunião para apresentar a proposta do novo estatuto para a categoria, cabendo a diretoria a convocação de assembleia exclusiva para esse fim.

Proposta sobre o tema da tese acima recebida durante o Congresso

Proponente: Rosilene Valadares de Matos – T R E

Assunto: Reforma Estatutária – *Aprovada* acrescida dos meses de maio e junho/2019 e de que a comissão convide 01 ou 02 pessoas com conhecimento técnico para auxiliar na elaboração da proposta do novo estatuto.

Propõe a aprovação de calendário para que a Diretoria Executiva do Sitraemg realize a Reforma Estatutária em 2019 da seguinte forma:

1. Fevereiro de 2019: Sitraemg fará campanha nas redes sociais (Face/grupos de whatsapp/e-mail/site/sms) visando dar ampla divulgação de que será realizada a Reforma do Estatuto.
2. Março de 2019: Sitraemg convocará assembleia para eleição de comissão que deverá ser composta por servidores das Justiças Federal, Eleitoral, Militar e Trabalhista e coordenadores do Sitraemg. A Comissão compilará as sugestões da categoria, não fará

- juízo de valor quanto às sugestões enviadas pela categoria (exceto se não estiverem relacionadas à Reformar Estatutária).
3. Abril de 2019: Este mês será aberto para a categoria fazer sugestões no site (link próprio) “Reforma Estatutária” a ser criado pelo setor de informática do Sitraemg e que a Comissão terá acesso para fazer a compilação dos dados.
 4. Maio de 2019: O Sitraemg realizará evento específico somente para tratar da Reforma Estatutária.

A mesa encaminhou para serem contrapostas as propostas apresentadas na tese de autoria de Isaac Raymundo e a proposta encaminhada por Rosilene Valadares, visto que não houve consenso entre as partes, sendo Isaac Raymundo representado por David Landau.

David Landau informou que precisava ser melhorada, no sentido de estender calendário.

Rosilene Valadares: esclareceu que o calendário de 2019 é devido à dificuldade de participação em ano eleitoral, além de outras demandas que sobrecarregam o sindicato nesse ano de 2018. Informou que Márcia Margareth e Elimara Gaia apoiam a proposta apresentada por ela, sendo que Elimara retira a proposta (veja abaixo) porque irá apresentar durante a Reforma Estatutária; Márcia Margareth agrega à proposta que esta comissão convide 01 ou 02 pessoas com conhecimento técnico para auxiliar na elaboração da proposta do novo estatuto. Além disso, acrescenta na proposta acima os meses de maio e junho/2019.

Em votação, as seguintes propostas: 1) aprovação da proposta apresentada na tese de autoria de Isaac Raymundo. 2) Aprovação da proposta apresentada por Rosilene Valadares, acrescida dos meses de maio e junho/2019 e de que a comissão convide 01 ou 02 pessoas com conhecimento técnico para auxiliar na elaboração da proposta do novo estatuto.

Foi aprovada por maioria a proposta 2, com cinco abstenções com declarações de votos de: Osmar Ferreira que informou já ter participado de comissão anterior, sendo esta iniciadas por grupo grande de componentes e automaticamente se esvaziam ao longo do tempo. Entende que devem avançar, mas as datas devem ser marcadas pela Comissão, forma por pessoas que de fato queiram participar.

Wander Quadra reiterou fala do Osmar. Solicitou para que parem de falar que em ano eleitoral não se resolve nada.

Proponente: Márcia Margareth Santos – TRT

Assunto: Reforma Estatutária – Proposta retirada pela proponente e contemplada na proposta apresentada pela colega Rosilene.

1. Considerando a seriedade do tema e que um novo estatuto para o Sindicato deve refletir os anseios de toda a categoria, a sugestão é que seja ampliada a participação dos servidores na comissão para elaborar a proposta de um novo estatuto, aumentando o número para 05 e que esta comissão convide 01 ou 02 pessoas com conhecimento técnico para auxiliar na elaboração da proposta do novo estatuto.

Proponente: Elimara Cardoso Bernardes Gaia

Assunto: Reforma Estatutária – Reserva para mulheres na Coordenação do Sindicato - Proposta retirada pela proponente e contemplada na proposta apresentada pela colega Rosilene.

1. Constar no Estatuto o preenchimento obrigatório de 50% das vagas da Coordenação do Sitraemg destinadas às mulheres. Justificativas: As mulheres servidoras do Estado de Minas Gerais representam mais de 50% do quadro ativo do Sitraemg e das filiações do Sitraemg. Nada melhor que as mulheres na Coordenação para defender os direitos e os interesses do público feminino dos tribunais.

Tese: Combate, prevenção ao Assédio Moral no Trabalho (Célio Izidoro Rosa) – Aprovada

Propostas:

1. que a política de combate ao assédio moral seja uma política permanente do Sitraemg sob a coordenação do DSTCAM.
2. Qualquer proposta da diretoria ou de noutras entidades e associações devem ser debatidas com o DSTCAM, para uma unificação das ações.
3. Que seja preservado em sigilo o nome das vítimas cabendo ao sindicato a defesa do coletivo dos trabalhadores a partir da denúncia individual.
4. Que sejam feitas campanhas de prevenção, através de palestras, debates, rodas de conversa, publicações em jornais e eletrônicas sobre o tema, faixas cartazes banners, sempre com a logomarca do Sitraemg.
5. Que sejam utilizados todos os meios (saúde do trabalhador, jurídico, política sindical na prevenção e coibição do assédio moral no trabalho.

6. Que sejam realizadas audiências públicas em parcerias com outros sindicatos, federações universidades e demais instituições públicas federais, para que o projeto lei federal de combate ao assédio moral, seja posto em pauta de discussão e votação.
7. Que tanto o assediador como o assediado tenham acompanhamento psicológico pois nossa tese q é que muitas vezes há assédio por parte de chefias ou colegas por interpretação equivocadas de ordens portarias e cobrança de metas e produtividade pelos tribunais.
8. Que o assédio só pode ser combatido de forma interdisciplinar, envolvendo o saber da saúde do trabalhador, de pesquisadores nacionais e internacionais especialistas no tema e ter o suporte jurídico e político sindical do Sitraemg, na defesa do servidor/servidora.
9. O Sitraemg através do DSTCAM levará esta discussão aos comitês gestor de saúde fruto da resolução CNJ 207 e os tribunais tomarão medidas preventivas para combater o assédio moral, com a participação de representantes das entidades sindicais ou associativas dos servidores do órgão ou da entidade.

Propostas aos tribunais para serem encaminhadas aos Tribunais:

I – Promoção de cursos de formação e treinamento visando à difusão das medidas preventivas e à extinção de práticas inadequadas;

II – Promoção de debates e palestras, produção de cartilhas e material gráfico para conscientização;

III – acompanhamento de informações estatísticas sobre licenças médicas concedidas em função de patologia associada ao assédio moral, para identificar setores, órgãos ou entidades nos quais haja indícios da prática de assédio moral.

– Os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública criarão, nos termos do regulamento, comissões de conciliação, com representantes da administração e das entidades sindicais ou associativas representativas da categoria, para buscar soluções não contenciosas para os casos de assédio moral.

– os tribunais providenciarão, na forma do regulamento, acompanhamento psicológico para os sujeitos passivos de assédio moral, bem como para os sujeitos ativos, em caso de necessidade.

-- Produzir uma cartilha após enquete ou pesquisa sobre o tema nos três tribunais.

Célio Izidoro defendeu que sejam permanentes, independente de gestões, as políticas de combate ao assédio moral e a saúde do trabalhador no Sindicato, solicitando que o Congresso referende essas questões.

Em votação: 1) aprovação da proposta. 2) rejeição. Venceu proposta 1 por unanimidade.

Tese: Vale tudo para alcançar a meta (Fernanda Flávia Martins Ferreira) **Aprovada**

Propostas:

1. **Solicitar aos tribunais:** Explicitar os critérios para estabelecer de metas dentro do TRT3, não somente as metas gerais do Planejamento Estratégico ou as metas do CNJ, mas também, e, principalmente, as metas estabelecidas por Vara, por Gabinete, por Secretaria, tanto na Área Judiciária quanto na Área Administrativa;
2. Diante dos sofrimentos causados pelas organizações do trabalho no Poder Judiciário em constatações de pesquisas individuais, institucionais e pelo Departamento de Saúde e Combate ao Assédio Moral do SITRAEMG: incorporação de terapias alternativas aos serviços de saúde do Sindicato, para fornecer suporte aos filiados conforme suas preferências pessoais. Múltiplas terapias integrativas de saúde foram incorporadas ao Sistema Único de Saúde brasileiro pela Portaria de Consolidação n. 2/2017-Ministério da Saúde (D.O.U. 3/10/2017). A partir desta incorporação foram elaborados alguns documentos, dentre eles o *Manual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde* e o *Glossário de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde*. Neles foram incluídas, por exemplo, a terapia com os Florais Alquímicos Joel Aleixo e o Reiki, definidas genericamente como: “Terapia de florais- essências derivadas de flores para atuar nos estados mentais e emocionais” (Glossário, 2018:121) e “Imposição de mãos- prática terapêutica secular que implica um esforço meditativo para a transferência de energia vital (Qi, prana) com o intuito de restabelecer o equilíbrio do campo energético humano, auxiliando no processo saúde-doença” (Glossário, 2018:61)¹.
2.1- As terapias integrativas oferecem oportunidade de quebra dos padrões negativos de pensamento, emoção e comportamento humano, cuja tendência a repetição é forte em decorrência de fatores sociais, culturais e genéticos. As estruturas sociais tendem a se reproduzir indefinidamente de forma inercial pelas instituições sociais, políticas, familiares, sejam elas formais (como as estatais, religiosas) ou informais/habituais (famílias, amigos, colegas de trabalho). A história é um encadeamento da repetição de

padrões e das rupturas (originadas fundamentalmente da contestação política), e a liberdade humana se define justamente pela capacidade de se liberar dos padrões e inovar, construir algo novo a partir das adversidades. Recentemente, após o advento da Epigenética (estudo do DNA volátil, que não pode ser mapeado pelo GENOMA), descobriu-se que características aprendidas são incorporadas ao DNA, recuperando a teoria de Lamarck². Desta maneira, podemos deduzir que os comportamentos socialmente aprendidos são incorporados ao DNA e estes também tendem a se reproduzir indefinidamente ao longo das gerações, a não ser que o indivíduo faça escolhas diferentes das feitas por seus ancestrais.

3. **Solicitar aos tribunais:** Dar ao Sindicato acesso aos dados de produtividade relacionados ao número de funcionários para executar as tarefas;
4. **Solicitar aos tribunais:** Fornecer ao Sindicato os estudos sobre absenteísmo para cruzamento de dados de produtividade, não somente o absenteísmo geral, o absenteísmo por unidade administrativa e judiciária;
5. **Solicitar aos tribunais:** Que a política de metas e produtividade seja debatida com o sindicato nos Comitês de Gestão de Pessoas, no Comitê Gestor de Saúde e no Comitê de Priorização da 1ª Instância, havendo troca e análise dos dados solicitados nos itens 1, 3 e 4.

Fernanda Flávia defendeu a parceria com outras formas alternativas de saúde e também atuação junto aos Tribunais sobre essas políticas de metas adotadas.

A Mesa pediu esclarecimentos sobre o texto da proposta, pois várias questões devem ser solicitadas pelo Sitraemg aos tribunais, logo devem ser alteradas as redações. Fato acordado com a proponente.

Votação: 1) aprovação. 2) rejeição. Aprovada com 01 abstenção.

Tese: Teletrabalho (Hélio Ferreira Diogo) - **Aprovada**

Propomos ao XI Congresso Ordinário:

1. Fazer enquete sobre teletrabalho nos TRT, TRE, JM e Justiça Federal com vistas a obtenção de dados e informações acerca de:

- a) Qual o critério para medir a produtividade, quais índices nortearão este quesito com relação ao trabalho presencial?
 - b) Qual o critério da chefia para a escolha do servidor selecionado para o teletrabalho?
 - c) Como fica a distribuição das tarefas e como inserir na produtividade o critério dificuldade do trabalho/processo?
 - d) Como é feito o controle e a cobrança pelas chefias imediata?
 - e) Como fica a questão do acidente de trabalho e as doenças laborais (LER, DORT, STRESS, BURN OUT)?
 - f) Como fica o retorno daqueles que não se adaptaram ao teletrabalho?
 - g) Haverá um período de experiência para que o trabalhador possa vivenciar se a prática do teletrabalho coincide com seus desejos?
 - h) Os portadores de necessidade especial terão condições de executar o teletrabalho?
 - i) O teletrabalho pode ser um processo de exclusão de servidores que a chefia considera problemática?
 - j) Quem está no teletrabalho terá alterado seu cadastro funcional?
 - k) Qual impacto na ascensão funcional promoções e funções comissionadas?
2. Criar banco de dados dos servidores que prestam serviços no teletrabalho.
 3. Reunião com quem está no teletrabalho e quem quer o teletrabalho para troca de experiências e expectativas.
 4. Priorizar para o teletrabalho aqueles que se afastaram por motivo de conflito/adoecimento relacionado com as chefias ou colegas.
 5. Propor alteração na Portaria GP 369/16 do TRT 3, que regulamenta o teletrabalho.
 6. Fazer uma enquete com os servidores alocados no modo teletrabalho sobre a satisfação deles, e pedir sugestões e críticas para debates na Comissão.
 7. Realizar uma roda de conversa sobre o teletrabalho em cada tribunal.
 8. Propor critérios objetivos para escolha do servidor ao teletrabalho.
 9. Solicitar aos tribunais dados para medir a produtividade de quem está no teletrabalho.
 10. Criar banco de dados com e-mail de quem está no teletrabalho para contato permanente entre o servidor e sindicato.
 11. Analisar os estudos científicos sobre o trabalho a distância e seus impactos para saúde do trabalhador.
 12. Exigir a avaliação ergonômica do ambiente de trabalho para evitar doenças laborais.

Hélio Diogo informou que o teletrabalho é formato novo para alguns, mas embora facultativo, a tendência é que seja obrigatório. Pensa que o Sitraemg pode atuar junto aos tribunais e conseguir alguma alteração no sentido de minimizar alguns aspectos na vida do servidor, inclusive sobre possíveis custos que o servidor possa ter que assumir.

Hebe-Del Kader: sobre a questão dos custos, todos os palestrantes falaram disso, e é importante pensar, pois se os tribunais pensam em reduzi-los, não podem imputar aos servidores, além das questões de acidentes de trabalho.

Votação: 1) aprovar 2) rejeitar. Resultado aprovada por unanimidade

Tese: Mulheres Servidoras Públicas do Judiciário Federal em Minas Gerais, um debate necessário. (Elimara Gaia, Rosemare Petijean, Artalide Alves e Fernanda Flávia)

Aprovada

Propostas:

1. propor que o SITRAEMG ESTIMULE DEBATES ACERCA DA TEMÁTICA MULHER SERVIDORA PÚBLICA, com o objetivo de tratar de assuntos específicos vivenciados pelas mulheres no lar, no trabalho, na política (incluindo o movimento sindical) e na sociedade.
2. Proporcionar esse debate com o objetivo de refletir a necessidade de apoiar as lutas da sociedade relacionadas às mulheres e ainda participar dos movimentos contra todas as reformas neoliberais que tantos prejuízos têm causado para as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso país.
3. Assim, incorporando a luta contra a violência de qualquer espécie, o machismo, a desigualdade e outras formas de sofrimento, as mulheres, com o apoio do SITRAEMG, propõem ações de engajamento político feminino, cursos, palestras e debates. Elas propõem ainda ações de melhorias da saúde e da qualidade de vida das mulheres trabalhadoras do Judiciário, muitas delas em sofrimento ou mal estar no trabalho.
4. Nossa intenção é a criação de um espaço onde as mulheres, que muitas vezes se silenciam no vai e vem de suas múltiplas jornadas de trabalho, possam ser ouvidas e também possam se expressar, de várias formas.

Nosso objetivo é mostrar que pode haver sororidade entre as mulheres.

Por isso propomos:

5. A criação de um núcleo de mulheres do Judiciário Federal em Minas Gerais, para promover ações afirmativas.

Rosemare defendeu que a proposta é criar núcleo de mulheres do Judiciário de Minas Gerais com ações afirmativas e espaço para debates e atuações.

Votação: 1) aprovação 2) rejeição. Aprovada com 2 abstenções, com 01 declaração do Osmar que informou não ser contra, mas está vinculada ao assédio moral, pois trata de política anti-servidores. Entende que pode incluir uma tese para todos os servidores, não apenas 1 segmento, nesse caso as mulheres, e que todos sofrem essas pressões, embora seja fato que há maior marginalização sobre as mulheres. Mas devem unificar e não separar classes.

Tese: Fortalecer o SITRAEMG e avançar por direitos e pelos direitos (Célio Izidoro, Elimara Gaia e Igor Yagelovic) - **Aprovada**

Diante dessa conjuntura de total incerteza para toda a classe trabalhadora, inclusive os Servidores Públicos, diretamente atacados pelo governo e pela mídia, com a constantes retiradas de direitos, dificuldade de avanços nas negociações salariais, sem falar nas constantes imposições e cobranças por parte dos Tribunais, vimos propor como parte das lutas permanentes do Sindicato, com a imprescindível participação e apoio de toda a categoria, e de acordo com propostas apresentadas também na última reunião do Conselho Deliberativo:

1. Anulação da Reforma Trabalhista e construção coletiva de proposta que contemplem as necessidades de todos, sem perdas de direitos;
2. Revisão da lei da Terceirização;
3. Anulação da Reforma da Previdência;
4. Arquivamento de derrubada de todos os projetos de Lei que atingem e prejudicam o Servidor Público, dentre eles o PLS 116/17 e o PLP248/1998 que propõem o fim da estabilidade;
5. Lutar pela regulamentação da Data-base e aprovação do projeto de negociação coletiva do Servidor Público;
6. Lutar pela Revisão salarial e Plano de Carreira Salarial;
7. Lutar pelo fim dos privilégios do executivo, legislativo e judiciário, visto que estão em detrimento os Servidores diretamente prejudicados há anos;

8. Realizar/Elaborar campanha de valorização dos servidores públicos do Judiciário Federal de Minas Gerais, com veiculação nas mídias estaduais (Outdoor, Rádios, TV e outros), bem como encaminhar e cobrar da FENAJUFE realização de campanha similar em nível nacional.
9. Intensificar e estreitar relações com outras categorias a fim de estabelecer pautas comuns de lutas;
10. Intensificar manter permanentemente pressão no Congresso Nacional, Tribunais Superiores em defesa dos Servidores;
11. Reivindicar e reiterar pedidos anteriores para que o Sindicato tenha assento nos Comitês e Comissões do Tribunais, bem como possa acompanhar todas as mudanças e reestruturações que envolvam os Servidores;
12. Lutar pela garantia de que não serão efetuadas extinções de outras Zonas Eleitorais, além das 52 já extintas, sem a participação do Sitraemg e dos servidores envolvidos;
13. Lutar pela jornada de 6 horas;
14. Agilizar o PL sobre a possibilidade de advogar

Célio Izidoro salientou que devem sair do congresso conscientes e convencidos de que a unidade do Judiciário é fundamental para derrotar o governo e contra propostas que retiram direitos. Provavelmente será necessária greve geral para barrar tudo isso. E é com essa política que devem ir para a Plenária da Fenajufe. Devem construir fóruns nacionais com outros segmentos. Construir projeto salarial e pressionar STF; precisam derrotar emenda 95 que visa acabar com serviço público.

Iara: sobre o item 13 da proposta, declarou que no momento em que se encontram tão “antipatizados”, pensa que o tema jornada de 6h está ultrapassado, num momento em que tudo está sendo precarizado. 7h é jornada suficiente.

Votação: 1 aprovação. 2) rejeição. Venceu proposta 1 com 5 abstenções, com duas declarações de voto: Fernando Neves: tendência é reduzir carga horária, como feito na Alemanha. Não é tempo de permanência no trabalho, mas sim qualidade do trabalho que importam. Contraproducente e tem experiência no T R E que, quando aumentam tempo para 7h, isso não altera a qualidade do serviço, ao contrário nem tem suporte de infraestrutura para todos os servidores no mesmo horário.

Enilson: também a favor de 6h e citou exemplo na Alemanha e França que vem, em alguns segmentos, reduzindo a carga horária.

Proponente: Helvécio Domingos Moreira – TRT - aprovada

Assunto: A questão da tentativa da extinção da JT

1. Consultar o plenário para decidir se a proposta se insere, como mero encaminhamento da tese de Fortalecimento do Sindicato e avanço por direitos, já que lá tem o encaminhamento de anulação da Reforma Trabalhista.

É certo que os ataques à instituição da JT vêm de longa data, mas se intensificaram com a recente aprovação da assim chamada “Reforma Trabalhista”, um ataque frontal a diversos direitos dos trabalhadores e que certamente dificultará – e muito – seu acesso à Justiça.

Já prevendo um suposto esvaziamento do número de ações se nada for feito, parece-me que na LOA de 2019, pretende-se tirar 50% do orçamento de custeio da JT. Isso, provavelmente inviabilizará o funcionamento da maioria dos tribunais e varas do Trabalho. Premente um calendário de lutas e de imediatas formas de mobilização contra esse ataque.

Helvécio defendeu que devem envidar forças e lutar contra os ataques específicos à Justiça do Trabalho.

Lúcia Bernardes ressaltou que estamos no início do fim da JT. Necessário lutar. TRT justiça do pobre e ainda tem a terceirização. Defende que deve haver pressão

Votação: 1) aprovar. 2) rejeitar. Aprovada proposta 1 por unanimidade.

Proponente: Antônio de Oliveira Campos

Assunto: Plano de Lutas – Reforma da Previdência – **Aprovada a orientação pela greve.**

1. Greve em defesa da Previdência e reajuste salarial

Antônio: Pauta longa, devem lutar por tudo. Depois da eleição, no entanto, podem fazer greve ano todo que não surtirá efeito. Categoria é inerte e terão que lutar muito para fazer greve, porém necessário fazer logo o movimento paredista, antes das eleições. TRE influencia muito nesse momento. Convencer colegas imediatamente após plenária. Levar para a Fenajufe conduzir greve nacional.

Proposta: orientar pela greve aprovada.

Proponente: Leonardo Luís Santos – TRT – Aprovada a orientação pela greve

Assunto: Reforma Previdenciária

1. Com relação à Reforma Previdenciária, contra a qual devemos lutar, com todas as nossas forças, tanto o Sitraemg, Assojaf e demais entidades ligadas ao trabalhador, no setor Público e Privado, **proponho convocá-los** para a luta contra a Reforma da Previdência, pois esta afetará todos os trabalhadores brasileiros, e não somente o servidor público. A título de ilustração, devemos chamar para a luta sindicatos, como: eletricitistas, bancários, metalúrgicos e demais ligados ao trabalhador brasileiro. Enfim, juntos faremos a revolução contra a Reforma Previdenciária.

Leonardo argumentou que devem convocar todos os sindicatos para reforçar a luta, pois a Reforma da Previdência afeta a todos. Buscar união com todos os sindicatos para movimento grevista.

Adriana Mesquita argumentou que quem é do T R E, sabe que não funciona greve, ao menos momento. Entende que devem construir outra forma de pressionar que não seja greve. Ainda, greve precisam assumir ônus. Devem pensar muito nessa questão.

David Landau argumentou que votar contra uma proposta de luta é complicado, pensa que precisam melhorar propostas. A greve deve ser construída com conjunto da categoria e outros segmentos.

Carlos Humberto esclareceu que para realização de greve é necessário decisão em AGE. Nenhuma greve pode ser decidida sem assembleia.

Votação: 1) orientar pela greve em defesa da Previdência. 2) rejeitar proposta. Aprovada proposta 1 com 6 abstenções sem declaração de voto.

Tese: Envelhecimento saudável e seguro no trabalho do servidor público do judiciário federal – construindo uma cultura de participação do servidor nas ações ligadas à sua saúde (Rosemare, Cleio, Luis, Nilce, e outros) - Aprovada

Proposta:

1. Investir tanto nas pesquisas sobre esse tema quanto no envolvimento dos servidores por serem ambos essenciais para que se busque melhores condições de trabalho garantindo uma melhor qualidade de vida na maturidade, ou seja um envelhecimento saudável dos trabalhadores de hoje, que certamente farão parte da numerosa população de idosos cujas projeções foram citadas no início desta tese

Rosemare salientou que o país está envelhecendo e rápido. Dois pontos importantes: avanços tecnológicos e suas consequências. Logo, propõem estudo com dados concretos para terem argumentos concretos a partir de dados. Propõem participação, grupos de encontros dos servidores, etc.

Votação: 1) aprovar 2) rejeitar. Aprovada por unanimidade

ENCAMINHAMENTOS DE PROPOSTAS RECEBIDOS PARA APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO MNA PLENÁRIA FINAL

Proponente: Adélia Rocha Alves Lemos – TRT

Assunto: Divulgação dos eventos do Sitraemg – *Esclarecido pela mesa*

1. Fiquei sabendo deste encontro porque fui à excursão do Sitraemg para Congonhas e Belo Horizonte, quando o prazo para inscrição já estava se esgotando. **Sugiro** uma divulgação maior dos eventos do Sitraemg e com antecedência que propicie maior número de inscritos.

Adélia: divulgação de encontros não está sendo em grau suficiente.

Carlos Humberto esclareceu que o Sindicato envia jornal, manda link por e-mail, mensagem, rede social. Fazer o cadastramento é fundamental e o Sindicato continuará fazendo essa divulgação.

Proponente: Rodrigo Gomes Peixoto – T R E

Assunto: Divulgação das atas das reuniões da diretoria executiva do SITRAEMG. –

Rejeitada

1. Por meio de uma pesquisa feita no site do SITRAEMG, constatou-se que as atas das reuniões da diretoria executiva não são publicadas.

A fim de promover a transparência e viabilizar a aplicabilidade do artigo 7º, VI do estatuto do sindicato; **O XI Congresso Ordinário do SITRAEMG resolve:**

Que as atas de todas as reuniões da diretoria executiva do SITRAEMG sejam divulgadas no site da instituição no prazo máximo de 48 horas.

Rodrigo salientou que é um assunto “espinhoso”. O Congresso traz como mote “unir, fortalecer e avançar” e a transparência é um dos principais motivos para estabelecer isso. Salientou que a Diretoria deve divulgar o que estão decidindo, quem votou, de que forma, pois isso é condição elementar entre filiados e Sindicato. Informou que não é um problema só do Sitraemg, mas sim de 29 sindicatos, pois fizeram pesquisa. Leu art. 7º e inciso VI. Informou que já foram ao Sindicato, protocolaram e até filmaram pedidos para divulgação de atas das reuniões da Diretoria, mas a resposta foi o silêncio. Pediu transparência nesse sentido e publicação das atas.

Lúcia Bernardes ressaltou que nem tudo pode ser divulgado. Existem questões que são tratadas numa reunião, que envolvem pessoas, funcionários e a divulgação disso pode gerar problemas. Solicitou ao Rodrigo, como coordenador da Fenajufe, que as atas daquela Diretoria também fossem publicadas. Informou que até concorda com publicações de decisões, mas não as íntegras de atas.

Paula Meniconi informou que o Conselho Fiscal tem publicado, não as atas, mas as decisões e o Sindicato está atendendo a esta solicitação. No entanto, no tempo de 48h, por exemplo, é curto para colher assinaturas. Concorde com publicação de decisões.

Rodrigo solicitou da transparência, pois tudo de errado acontece pela falta de transparência. Na Fenajufe, foi voto vencido quanto a publicação das atas. No entanto, criaram site no qual divulgam por conta própria tais atas (libertaja.net.br).

Carlos Humberto esclareceu que as atas e todos os documentos do Sindicato, conforme art. 7 e inciso V, podem ser solicitados. Para obrigatoriedade de publicação, demanda alteração estatutária. Consultou ao proponente se as decisões são suficientes, antes de colocar em votação a proposta. No entanto, a proposta foi mantida na íntegra.

Votação: 1) divulgação das atas das reuniões da diretoria executiva. 2) rejeição.

Venceu a proposta 2 com 4 abstenções, com declaração de Hebe-Del Kader: concorda com muita coisa colocada pelo Rodrigo. No entanto, algumas questões da Diretoria não podem ser divulgadas. Colocar quem votou contra ou a favor, gera problemas. Concordaria apenas se fossem divulgadas as decisões.

Proponentes: Fernanda Flávia, David Landau, Lindon Jonhson, Célio Izidoro, Margareth Prado, Olavo, Sandro e Luiz.

Assunto: Projeto semelhante ao Servidor em Pauta para subsidiar a atuação do Diretor de Base - **Aprovada**

1. Propõem: instituir projetos para promover o debate, em cada um dos Tribunais, dos problemas e das demandas específicas dos servidores, semelhante ao extinto “Servidor em Pauta” do TRT, mas organizados pelo Sindicato com a participação dos Diretores de Base.

Fernanda Flávia informou sobre o programa “Servidor em Pauta”, que mobilizava os servidores a cada ano para discutirem um tema. Propõem projeto similar para o Sindicato.

Votação: 1) aprovar proposta. 2) rejeição. Aprovada por unanimidade.

Proponente: Antônio Carneiro – TRT - **Aprovada**

Assunto:

1. Propõe a criação de grupos de pessoas conhecedoras e que dominem assuntos sobre: assédio moral, coação ou violência moral ligado ao direito fundamental ou a dignidade humana para que estas discutam não apenas nos sindicatos, mas também nas associações de comunidades nos bairros.
2. Levar ideias, fazer pesquisas nestas comunidades.

Antônio Carneiro explicou que trata de uma sugestão a partir das discussões feitas ao longo do Congresso. Nesse sentido, sugeriu a criação de grupo de pessoas para formularem cartilha ou algo nesse sentido, com informações acerca de direitos, assédio moral, etc. para encaminharem também para comunidades, não apenas onde servidores atuam.

Votação: 1) aprovada por unanimidade.

Proponente: Leonardo Luís Santos – TRT

Assunto: Reforma Previdenciária – **Proposta contemplada em votações anteriores**

2. Com relação à Reforma Previdenciária, contra a qual devemos lutar, com todos as nossas forças, tanto o Sitraemg, Assojaf e demais entidades ligadas ao trabalhador, no setor Público e Privado, **proponho convocá-los** para a luta contra a Reforma da

Previdência, pois esta afetará todos os trabalhadores brasileiros, e não somente o servidor público. A título de ilustração, devemos chamar para a luta sindicatos, como: eletricitistas, bancários, metalúrgicos e demais ligados ao trabalhador brasileiro. Enfim, juntos faremos a revolução contra a Reforma Previdenciária.

Proponente: Fernando Soares Guetti – T R E – prejudicada pela ausência do proponente

Assunto: Orçamento

1. O Sitraemg organizar comissão permanente para fiscalizar e discutir com os tribunais a gestão orçamentária dos respectivos tribunais, contratando assessoria técnica competente para tanto.
2. Nesse passo, divulgar e disseminar essa proposta para a Fenajufe e demais sindicatos do PJU nos Estados, para desenvolvimento de agenda conjunta.
3. Assim, fundamental que o Sitraemg busque conquistar assento permanente junto da administração dos tribunais para discussão da gestão dos orçamentos respectivos.
4. Denunciar o uso das rubricas de pessoal para garantir liquidez apenas para direitos dos membros.

Proponente: Elimara Cardoso Bernardes Gaia

Assunto: Unificar lutas locais - Aprovada

1. Trabalhar a conscientização da força de luta por temas importantes na região onde cada sindicalista mora. Estimular e ensinar os filiados a perceberem como exigir politicamente serviços que irão melhorar a qualidade de vida na cidade onde vive cada um. Por que não se unir aos sindicatos e categorias dentro de cada cidade e propor temas de lutas que irão beneficiar os cidadãos? São pequenos focos de luta que irão beneficiar os integrantes do Sindicato que estão espalhados por Minas. São lutas locais que irão melhorar a qualidade de vida dos sindicalizados, mas principalmente irão ensinar a população a lutar politicamente, a ganhar pequenas vitórias e acreditar no resultado da luta unificada. Por exemplo, se precisamos de um rio mais limpo e da garantia de água na nossa cidade, por que não lutar pelo tratamento do esgoto junto à Copasa? O povo tem que conhecer das ações do prefeito e não podemos poupar nossos prefeitos.

Célio Izidoro destacou que trata de contribuição de colega de Divinópolis. Colocou como exemplo a questão de Bento Rodrigues, de como o Sindicato contribuiu com aquelas pessoas

que nem água tinham. Salientou que também é uma forma que os servidores possam se envolver com a região por melhor qualidade de vida, servidor junto com a população, etc. Uma forma, também de a Comunidade ver o servidor com outros olhos.

Hélio Canguçu se posicionou contrário à proposta, pois tem vereadores, prefeitos, etc. para resolverem essas questões, além das empresas responsáveis.

Votação: 1) aprovação. 2) rejeição. Aprovada com 5 abstenções.

Proponente: Célio Izidoro Rosa – TRT (colaboração Adriana Araújo)

Assunto: capacitação - Aprovado

1. Formação política constante dos trabalhadores e trabalhadoras do PJU, por meio da EAD e presencial, incluindo temática execução orçamentária, controle social constante individual e coletivo dos projetos de Lei de nosso interesse.
2. Ações/eventos periódicos de integração dos servidores/as dirimindo conflitos internos e estimulando a empatia mútua, o afeto e a harmonização, explicitando este objetivo enquanto categoria.

Célio Izidoro propôs realização de Projeto de formação política como política permanente dentro do movimento sindical.

Votação: 1) aprovar 2) rejeitar. Aprovada por unanimidade.

Proponente: Lilian de Oliveira Lyrio Stábille – TRT – Aprovada

Assunto:

1. Presença de representante dos servidores na Gestão do Orçamento do PJU.
2. Luta maciça na sociedade pela aprovação da PEC da Segurança (confiança) Jurídica.
3. Luta pela PEC proibindo alteração Previdenciária ou Trabalhista por medida provisória.
4. Luta pela imprescritibilidade das dívidas previdenciárias das pessoas jurídicas de direito público e privado e criminalização dos gestores.
5. **Luta pela** Imprescritibilidade de crimes de improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, peculato e outros envolvendo políticos.

Lilian ressaltou que não devem desassociar política de direitos e que existem crimes sendo prescritos.

Votação: 1) aprovar 2) rejeitar. Aprovada por unanimidade.

Uberlândia, 20 de maio de 2018.